

As enfermeiras do Rio de Janeiro no movimento dos previdenciários (1984 – 1987)¹

Fabiana Ferreira de Macena
Maria da Luz Barbosa Gomes

Resumo

Este é um estudo descritivo, na linha histórica, com abordagem qualitativa, que tem como objetivo descrever o contexto sociopolítico-sindical de atuação da terceira diretoria do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro e analisar as características das ações desenvolvidas por essa diretoria. Os dados foram obtidos através da análise documental, sendo utilizado como fontes primárias documentos do Sindicato como atas de reuniões da diretoria, boletins informativos e panfletos, além de jornais de grande circulação da época do estudo. As fontes secundárias foram literatura sobre História do Brasil, Movimento Sindical Brasileiro e Movimento Sindical da Enfermagem. Os dados revelaram que a diretoria do sindicato buscou a organização interna da categoria e a integração com o movimento sindical da enfermagem em nível nacional e, no âmbito externo, se articulou com o movimento dos servidores públicos, especialmente com os previdenciários.

Palavras-chave: História da Enfermagem – Sindicatos – Enfermeiras -sindicatos

Considerações iniciais

O objeto deste estudo é a atuação da terceira diretoria eleita para o Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro (SERJ). O período da gestão tem início no ano de 1984 que corresponde à mobilização da sociedade pelas eleições diretas para Presidente da República no movimento denominado “Diretas Já” e termina no ano de 1987 que foi marcado pela instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou uma nova Constituição para o Brasil, a qual foi promulgada em 1988.

Na década de 80, ocorreu o processo de restauração da democracia após a ditadura militar, iniciada em 1964. O país passou por uma profunda crise econômica ocasionando altos índices de desemprego com diminuição do poder aquisitivo do salário mínimo do trabalhador que, no final dessa década, conseguiu ser um dos mais baixos desde sua criação, levando os

trabalhadores a se organizarem tendo ocorrido várias greves e movimentos de protesto, em contraposição ao sistema de produção imposto pelo regime capitalista industrial.

Para a Enfermagem Brasileira, essa década representa a consolidação da organização do movimento sindical das enfermeiras, uma vez que os sindicatos próprios da categoria começaram a ser fundados em 1976². Desse modo, percebe-se uma mobilização dos enfermeiros que tentam somar forças contra o Estado, se organizando dentro de suas entidades sindicais.

O movimento sindical das enfermeiras em nível nacional teve como eixo organizador os Encontros Nacionais de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais – ENESPSE, organizados a partir de 1981 (Gomes, 1999, p. 105-110). O primeiro encontro foi em 1982.

Durante o período estudado, aconteceram o terceiro, quarto e quinto ENESPSE onde eram discutidos

os rumos que o sindicalismo dos enfermeiros iria tomar. Podemos perceber na declaração da segunda secretária do SERJ em reunião de diretoria:

"A segunda secretária informou sobre a grande participação da categoria no IV ENESPSE: 7 sindicatos de enfermeiros e os demais estados onde não há sindicatos participaram com associações profissionais e ressaltou a importância do ENESPSE para impulsionar o movimento sindical da Enfermagem" (Ata da Reunião 18/06/85).

No V ENESPSE, realizado em 1986, foi aprovada e constituída uma Coordenação Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Enfermeiros (CONESPSE), que encaminhou a criação da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), para unificação e centralização das reivindicações dos enfermeiros.

A Coordenação Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais dos Enfermeiros foi muito importante para a criação da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE) como verificamos através deste documento: "Informe do ENESPSE: houve proposta para que a CONESPSE se transformasse em Comissão Pró-Federação" (Ata da reunião 18/06/85).

A FNE foi fundada em 1988 com a intenção de ser "um órgão representativo a nível nacional da categoria que congrega no mínimo cinco sindicatos objetivando entre outros promover e intensificar o intercâmbio entre as categorias afins; zelar pelo cumprimento da legislação, acordos, dissídios e similares, que assegurem direitos à categoria e fomentar a criação de novos sindicatos." (Documento do SERJ, p. 1, s/data)

No Rio de Janeiro, o sindicato dos enfermeiros foi fundado em 27 de agosto de 1977, quando a Associação Profissional dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro recebeu a Carta Sindical. A base do sindicato era predominantemente de funcionário públicos e a categoria foi convocada pelo SERJ para participar de atos públicos e assembleias conjuntas, com o movimento ampliado dos trabalhadores da saúde (Gomes, 1999, p. 46).

Gomes (1999) estudou a atuação das duas primeiras diretorias eleitas para o SERJ mostrando como

no cotidiano sindical as enfermeiras que participaram do movimento sindical no Rio de Janeiro construíram seu espaço de elaboração política e de ação politizando as lutas sindicais e buscaram um caminho em que a entidade "tornou-se instância de aglutinação de forças individuais e dispersas, um movimento dinâmico de resistência ao poder econômico, de construção permanente de dignidade e de liberdade em termos coletivos" (Gomes, 1999, p. 135).

A terceira diretoria do SERJ foi eleita em junho tomando posse no dia 26 de junho de 1984 (Ata de Reunião de Diretoria de 22/08/84) ao tempo em que ocorria o movimento reivindicatório dos servidores públicos federais, do qual o SERJ participava desde o 1º Encontro dos Servidores Federais realizado em 1983 (Gomes, 1999, p. 175).

O enfoque do estudo está nos aspectos relacionados à forma de desenvolvimento do movimento sindical das enfermeiras no Rio de Janeiro nesse período (1984-1987).

Nesse sentido, delineei os seguintes objetivos:

- Descrever o contexto sócio-político-sindical de atuação da terceira diretoria do SERJ;
- Analisar as características das ações desenvolvidas pela terceira diretoria do SERJ;

Metodologia

Este é um estudo descritivo, na linha histórica, com abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (1994, p. 21-22), "se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações e crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis."

Com relação ao método histórico, Lakatos e Maconi (1992, p. 107) dizem que: "consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual

através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciado pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações”.

Nesta pesquisa, utilizamos a análise documental que, como refere Ludke e André (1986, p. 38), “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementado a informação obtida por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

As fontes primárias foram documentos do SERJ: atas de reuniões da diretoria, boletins informativos, panfletos, dentre outros. Utilizamos também jornais de grande circulação e outros documentos que forneceram informações a respeito da atuação da terceira diretoria do SERJ.

As fontes secundárias utilizadas referem-se à literatura sobre a História do Brasil, movimento sindical brasileiro e da Enfermagem.

A coleta dos dados foi realizada no SERJ e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O campo de ação da terceira diretoria do sindicato dos enfermeiros do Rio de Janeiro

Em janeiro de 1984, a Emenda Constitucional que restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República foi derrotada pelo Colégio Eleitoral (Congresso Nacional), tendo a sociedade civil continuado a mobilização iniciada na campanha das “Diretas Já”, agora voltada para as eleições indiretas que seriam realizadas pelo Colégio Eleitoral no ano seguinte. Parcela das forças políticas de oposição ao regime militar fizeram um acordo e formaram a Aliança Democrática apoiando a candidatura Tancredo Neves / José Sarney para a Presidência da República. Tancredo Neves realizou comícios e apareceu na televisão obtendo apoio popular para a sua candidatura (Fausto, 1996, p. 511).

No Rio de Janeiro, foi organizado um Comitê Pró-Tancredo na área de saúde que se reunia às se-

gundas – feiras, às 18 horas, na Av. Rio Branco n.º 116/20º andar. O SERJ participou de reuniões desse Comitê e elaborou um documento que foi entregue na coordenação com as reivindicações dos enfermeiros descritas a seguir:

- salário mínimo profissional
- carga horária de 30 horas
- lei do exercício profissional

(Ata de Reunião de Diretoria, nov. de 1984).

Em 1985, o Colégio Eleitoral elegeu a chapa de Tancredo Neves e José Sarney. Entretanto, devido à morte de Tancredo Neves, quem toma posse é seu vice José Sarney dando início ao período da Nova República. Ao assumir o governo, Sarney nomeou o ministério escolhido por Tancredo com os objetivos de: revogar as leis que vinham do regime militar e promover a eleição de uma Assembléia Constituinte encarregada de elaborar uma nova constituição, a qual foi promulgada em 1988.

O quadro econômico que se apresentava era de queda das importações e avanço das exportações, mas mesmo assim a dívida externa persistia assim como a inflação era elevada que chegou a 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985 (Fausto, 1996).

Na tentativa de diminuir a inflação o Ministro da Fazenda Francisco Dorneles determinou um corte geral de 10% do orçamento da união e um congelamento de contratos e empréstimos que não deu certo, sendo Francisco Dorneles demitido assumindo seu lugar Dilson Funaro com a ajuda de João Sayad que eram contra acabar a recessão pela via recessiva. Para conter a inflação e para estabilizar a economia, criam o Plano Cruzado. Os preços e as taxas de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e o salário mínimo foi reajustado pelo valor médio dos seis últimos meses mais um abono de 8%. De 1985 a 1988, este plano sustenta a ilusão da população que eufórica com seus resultados elege em 86 majoritariamente os candidatos do PMDB. Logo depois das eleições o plano fracassa (Fausto, 1996, p. 152).

Vale ressaltar que nesse contexto a campanha para eleição dos candidatos à constituinte teve grande

repercussão no movimento sindical, tendo o 2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores que foi realizado no Rio de Janeiro nos dias 31 de julho 1º, 2 e 3 de agosto de 1986, aprovado a seguinte determinação:

“A CUT é uma entidade apartidária, não apoiará este ou aquele candidato ou partido, mas tudo fará para que o processo constituinte seja alavanca de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores. (...) Ao mesmo tempo em que denuncia o caráter antidemocrático e anti-soberano da constituinte atual, promove as mais variadas e amplas campanhas em torno das questões mais importantes da constituinte; obriga os diferentes partidos e candidatos a se pronunciarem acerca das principais reivindicações dos trabalhadores, para desmascarar os falsos aliados dos trabalhadores” (Costa, 1995, p. 95 e 96).

Convém destacar que o governo Sarney manteve o compromisso assumido com as forças que formaram a Aliança Democrática promovendo a transição democrática que se completa com o restabelecimento das eleições diretas para Presidência da República, a legalização de todos os partidos políticos e a aprovação do direito ao voto dos analfabetos.

A nova Constituição refletiu um grande avanço na área dos direitos sociais e políticos dos cidadãos em geral e das chamadas minorias. Seu texto mostrou as pressões dos diferentes grupos da sociedade, as grandes empresas, os militares, os sindicalistas e etc.

A diretoria do SERJ procurou promover o debate com a categoria sobre a constituinte organizando uma palestra proferida pela advogada do SERJ (Ata de reunião de Diretoria, jun. de 1985).

Em 1986, foi realizada, em Brasília, a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Para esse importante acontecimento houve mobilização da sociedade, e se tornou um espaço democrático onde se discutiu a questão do setor saúde enfocando: a saúde como Direito do Cidadão e Dever do Estado; oferta de serviço de saúde de forma universal, igualitária, integral, organizada de forma descentralizada, hierarquizada e com a participação social.

A 8ª CNS foi definida como marco doutrinário da proposta da reforma sanitária brasileira e tinha como objetivos: propor a reorganização do sistema de saúde com uma reforma sanitária; ampliar o conceito de saúde: Conjunto de Direitos que proporcionem condições de vida digna; propor o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde com o objetivo de consolidar as ações integradas de saúde (AIS); redefinir os níveis de competência, transferindo recursos e atribuições para estados e municípios (Boletim informativo nº 1, p. 1).

A enfermagem brasileira também se mobilizou e participou dessa Conferência e as entidades de classe elaboraram um documento visando contribuir para as discussões preparatórias.

O documento chama a atenção para as questões referentes à desigualdade dos vários segmentos sociais que se reflete no próprio atendimento à saúde. Reconhecendo que o processo de democratização do país depende da extensão do conceito de cidadania irá garantir pelo Estado os direitos civis, políticos e sociais do cidadão. Continuando, refere-se à obrigação do Estado garantir saúde para todos e que cumpre ao estado democrático organizar-se adotando políticas, planos e programas efetivamente capazes de assegurar condições de vida compatíveis com a dignidade humana. E mais, que cumpre ao Estado normatizar, financiar e controlar as ações que venham assegurar a equalização e a universalização da saúde.

Chamando a atenção ainda para que a garantia do direito à saúde implica necessariamente na garantia do direito da assistência médica e assistência de enfermagem, e portanto todas as pessoas humanas com um problema de saúde devem ser assistidas e receber cuidados com a ajuda de que carece. Diz ainda que a função específica do enfermeiro é a de assistir o indivíduo doente ou sadio, cuidar, ajudar, socorrer, orientar, educar, confortar contribuindo para sua saúde ou sua recuperação. Enfatiza ainda que a forma como o trabalho de enfermagem tem sido organizado é decorrente do sistema de prestação de serviços de saúde no país que, por sua vez, reflete o modelo de desenvolvimento econômico social adotado. Modelo esse que

estimula a urbanização e metropolização criando um forte movimento de terceirização da atividade econômica do país, o que provoca desemprego e subemprego, condições adversas de trabalho, má remuneração, carga horária exaustiva e impropriedade de instrumentos legais de proteção social a que esta sendo submetido o pessoal de enfermagem nas instituições de saúde, comprometendo o êxito do programa de saúde e o desempenho desse pessoal que pode acabar colocando em risco a saúde da população devido ao desestímulo e à desvalorização dos profissionais de saúde.

Finalmente, refere que a classe de enfermagem, através de suas entidades representativas, vem desenvolvendo esforços para corrigir essas distorções e compatibilizar os planos e programas de saúde com as exigências técnico-científicas da área. Enfatiza que essa situação só será revertida a partir de mudanças profundas capazes de alterar o perfil do direito à saúde e do dever do estado, que por sua vez implicam no reordenamento do setor saúde (COFEn/ABEn, 1986).

Com a promulgação da nova Constituição do Brasil, em 1988, pela primeira vez o direito à saúde é caracterizado como: "Saúde é Direito de Todos e Dever do Estado."

A diretoria do sindicato dos enfermeiros do Rio de Janeiro na luta

A terceira diretoria do sindicato dos enfermeiros do Rio de Janeiro, em 28/06/84, dois dias após sua posse, estava participando da entrega de um documento para ser enviado ao presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, Sr. Professor Aloysio de Salles Fonseca, o qual os profissionais da área de saúde do Rio de Janeiro (enfermeiros, auxiliares de enfermagem, nutricionistas e assistentes sociais), insatisfeitos com as más condições de trabalho, achatamento salarial e as desigualdades de tratamento recebido por parte das autoridades, requeriam:

- a imediata contratação dos profissionais classificados em concursos para o Hospital Universitário do Fundão realizados em 1981/1984;

- a abertura imediata de concurso público buscando corrigir o déficit de pessoal existente;

- redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais;

- elevação do início de carreira dos auxiliares de enfermagem para o N/M-21;

- igualdade de tratamento dentro do plano de classificação de cargos através de uma nova tabela salarial que faça justiça à força de trabalho desses profissionais responsáveis pela execução de mais de 80% das ações de saúde desenvolvidas pelo CONASP. (mimeografado)

O movimento dos trabalhadores da Previdência Social fez um ato público, em 27/08/84, na Cinelândia, em frente à Câmara Municipal, com faixas, esqueletos e caixões simbolizando o arrocho salarial. Reivindicaram o aumento dos salários e a redução da carga horária de trabalho. Depois do ato público, os previdenciários saíram em passeata pela Avenida Rio Branco (Jornal do Brasil 28/08/84).

A participação do sindicato dos enfermeiros nesse movimento pode ser evidenciada através da declaração de uma diretora em reportagem do Jornal do Brasil, onde fala sobre a possibilidade de os previdenciários entrarem em greve:

"Regina Trino³ disse que aguarda uma definição nas negociações em Brasília e que a pedido do próprio ministro da previdência os previdenciários resolveram prorrogar o prazo de 17/08 para o dia 31, quando então os funcionários deverão em assembléia geral deflagrar uma greve" (Jornal do Brasil, 28/08/84).

As reivindicações dos previdenciários nesse movimento são as que seguem:

- 60% de gratificação salarial sobre a maior referência de cada categoria, retroativos a 1º de julho de 84;

- reajuste semestral de 100% do INPC a partir de janeiro de 85, jornada de 30 horas semanais regulamentada em lei, garantia de atendimento de saúde adequada e gratuita a todos os segurados da previdência;

- fortalecimento da rede pública e contra a privatização da previdência.

(Jornal Fluminense, 1/09/84).

O movimento dos previdenciários evoluiu para a realização de uma greve nacional da previdência social, e os preparativos para esse evento incluíram o esclarecimento da população sobre as razões do movimento, visando conquistar a simpatia popular.

Para isso, no Rio de Janeiro, aproveitando o horário de visitas nos hospitais do INAMPS, foi distribuída pelos funcionários uma carta denúncia à população (Jornal Última Hora, 06/09/84).

O ano de 1984 foi marcado pela inserção dos servidores públicos no movimento grevista que havia ressurgido em 1978 com a famosa greve do ABC paulista (Noronha, 1991, p. 108).

Podemos perceber nessa preocupação com a greve do serviço público, por interromper um trabalho socialmente útil, que o prejuízo decorrente deve ser socializado.

O sindicato dos enfermeiros do Rio de Janeiro participou do Comando Estadual de Greve, como podemos constatar através de reportagem do Jornal Última Hora, que identifica uma de suas diretoras:

"De acordo com Regina Trino (diretora do sindicato dos enfermeiros) o presidente do INAMPS Aloysio Salles insiste em afirmar que o nosso movimento é contra população: estamos mostrando que não, o nosso movimento é a favor da mobilização da previdência e dessa forma tem o apoio do povo" (Jornal Última Hora de 06/09/84).

Em reportagem de jornal, podemos verificar a ameaça do governo para impedir a realização da greve:

"o Sr. presidente do INAMPS Aloysio Salles ameaçou ontem "dispensar" todos os servidores do instituto que entrarem em greve. Segundo o presidente do INAMPS o servidor que ocupa cargo de confiança e participar da greve será "automaticamente desligado de suas funções." No caso de um servidor contratado pelo regime CLT, será dispensado por justa causa. Já o funcionário do INAMPS que aderir ao movimento, será submetido a inquérito administrativo, estando sujeito à demissão caso fique comprovada a sua participação na greve. E acredita que os médicos não irão admitir o que está ocorrendo com o doente que não

terá a quem recorrer e afirma "os médicos não vão fazer isso" (Jornal O Globo, 5/09/84).

A repressão às greves era possível uma vez que a legislação da época impedia que servidores públicos fossem sindicalizados ou fizessem greve (Noronha, 1994, p. 140).

Apesar das ameaças, em assembléia geral realizada no Clube Municipal, com cerca de 60 mil funcionários do sistema previdenciário do Rio de Janeiro incluindo todas as categorias desde a burocracia até os médicos, foi aprovada greve a partir de 7h do dia 18/09/84. A assembléia decidiu ainda que os pacientes internados continuariam a ser atendidos normalmente até receberem alta. A paralisação seria apenas do atendimento ambulatorial, dos exames de rotina e das internações que não fossem realmente de emergência (Jornal do Brasil, 18/09/84).

A greve não foi aprovada nos demais estados, ficando circunscrita ao Rio de Janeiro e sendo decretada ilegal em 20/09/84. Esse fato não abalou a mobilização nos vários estabelecimentos do INAMPS e em alguns do IAPAS e INPS, conforme reportagem do jornal.

"E a passeata que estava marcada para o dia 21/09/84, aconteceu, com milhares de previdenciários entre três e quatro mil, segundo a polícia militar. A passeata que começou na Cinelândia por volta das 16 horas, percorreu particularmente as ruas em que se localizam órgãos da previdência. Pararam em frente à sede nacional do INAMPS na Rua México, continuou pela Av. Almirante Barroso onde teve recepção apoteótica pelos colegas que trabalhavam nos outros prédios do INAMPS, continuando a caminho fizeram uma longa parada em frente ao prédio do IAPAS na Av. Nilo Peçanha, ali aguardaram o final do expediente para que os que estavam trabalhando se juntassem a eles. Em frente a sede do INAMPS, leram a carta a população em que denunciavam que 70% dos previdenciários ganham apenas um salário mínimo e reclamam dos Ministros Jarbas Passarinho e Delfim Neto que "sempre fizeram pouco caso de suas reivindicações" e entre outras coisas. Atendendo ao comando regional de greve, os previdenciários levaram

para as ruas cartazes repudiando a decretação de ilegalidade da greve. Entre os vários cartazes e faixas podia-se ler que “ilegal é a fome, a inflação, a corrupção e o salário de fome do previdenciário”.

No dia 25/09/84, aconteceu uma assembléia que decidiu a manutenção do movimento de mobilização dos previdenciários e o termino da greve a partir de janeiro de 1985 e manter o compromisso com a população, lutando contra a privatização da previdência social e abrir as questões sobre o novo estatuto dos servidores civis da união, uma vez que a previsão do seu envio para o congresso nacional seria durante o mês de outubro do corrente ano.

E para concretizar essas reivindicações, a assembléia decidiu que a organização dos servidores deveria se ampliar e se enraizar em todos os níveis: fortalecendo e criando as associações de servidores por locais de trabalho; mantendo as reuniões semanais do comando estadual todas as quartas-feiras, às 18 h, no Sindicato dos Assistentes Sociais, na rua Evaristo da Veiga, nº 45 - 11º andar - Centro, Rio de Janeiro- RJ; participando ativamente do comando nacional com dois representantes de nosso estado.

O movimento sindical dos funcionários públicos começava a se organizar através das Associações de Servidores mais tarde transformadas em sindicatos (Boito, 1991, p. 54).

O ganho econômico e político desse movimento é que os previdenciários passaram a trabalhar oficialmente 30 horas semanais, conquistaram a gratificação de 20% e a partir daí começa a criação de associações de servidores por locais de trabalhos.

Durante uma reunião ordinária da diretoria do Sindicato dos Enfermeiros, a presidente Liany historiou o movimento e foi decidido que o sindicato continuaria participando do movimento (Ata de Reunião de Diretoria, 07/05/85).

Vale ressaltar que os enfermeiros buscaram também tratar das questões específicas da categoria, como podemos verificar nessa decisão: “marcada a reunião com o presidente do INAMPS, no dia 05/09, para tratar das seguintes questões: acumulação no INAMPS,

exclusivo para enfermeiros; déficit de enfermeiros e coordenadoria de enfermagem (Ata de Reunião de Diretoria 07/05/85).

A questão do déficit de pessoal de enfermagem nos hospitais e ambulatórios do INAMPS do RJ também foi preocupação desta diretoria, como podemos verificar:

“a presidente do sindicato dos enfermeiros Liany Bonillia da Silveira Comino explica que o INAMPS solicitou ao ministro da administração a admissão dos concursados em caráter de excepcionalidade. O processo foi encaminhado a SEPLAN recebendo parecer favorável em março deste ano, mas a presidência da república vem protelando sem qualquer justificativa a autorização para as contratações. Liany denuncia que há um déficit de aproximadamente de 1800 enfermeiros nas unidades do INAMPS no município do RJ. Se o governo não autorizar imediatamente as contratações adverte Liany a situação pode evoluir para um ponto sem retorno com sério risco para assistência á população. A entidade vem atuando a vários meses junto ao governo para ampliar o nº de contratações no INAMPS. Já tem algum tempo que os enfermeiros estão enviando aerogramas ao presidente Sarney pedindo as nomeações” (Boletim dos Previdenciários de 1986).

Em julho de 1986, na sede da superintendência regional do RJ, realizou-se o IIº Encontro Regional de Enfermeiros no INAMPS, tendo como finalidade discutir e analisar temas referentes à determinação da situação da enfermagem no INAMPS. Os objetivos desse encontro foram: debater assuntos relacionados com a assistência de enfermagem nas unidades assistenciais frente à nova política institucional de saúde; contribuir para o intercâmbio cultural e científico da enfermagem em assuntos de assistência ensino e pesquisa; analisar a real e efetiva ação do enfermeiro nas práticas vigentes no INAMPS; estimular a maior participação de enfermeiro do INAMPS nas ações profissionais em todos os níveis de assistência à saúde da população; incentivar a integração do enfermeiro do INAMPS na via associativa das di

versas entidades representativas da categoria; participaram do encontro 60 enfermeiros representando 57 unidades assistenciais do INAMPS e da sessão de abertura, 23 convidados (mimeografado).

Podemos observar que naquele momento havia uma preocupação com a organização nas entidades de classe.

Durante a década de 80, o sindicalismo brasileiro passou por várias transformações, tornando-se o movimento social urbano mais persistente, amplo e ativo com várias formas de lutas, entre elas a greve, devido à situação econômica, política e social da época. Nesse período, também vimos surgir as centrais sindicais, destacando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, segundo Boito (1991, p. 45), "É uma das centrais mais duradoura e talvez com maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro".

Nessa diretoria, inicia-se a articulação do Sindicato dos Enfermeiros com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como podemos verificar através deste informe em reunião de diretoria: "a segunda secretária informa ter respondido ao ofício encaminhado pela CUT solicitando uma reunião com a diretoria com data prevista para o dia 13/10/84" (Ata de Reunião de Diretoria de 23/10/84).

Considerações finais

A pesquisa nos mostrou que a atuação da terceira diretoria do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, enfrentando as dificuldades inerentes à situação social política e econômica por que o país estava passando, buscou através da organização interna a valorização da categoria e da profissão, tentando o reconhecimento e o respeito da sociedade.

Este estudo evidenciou a importância do movimento sindical para politização dos enfermeiros, que tomaram consciência do quanto eram explorados e oprimidos pelos poderes públicos, que através do sindicato conseguiram se articular com o movimento dos funcionários públicos e, não cedendo às ameaças governamentais, conquistaram em alguns momentos suas reivindicações. Lembramos que a mobilização quando se faz presente e forte, possibilita a conquista de direitos, tornando-nos vitoriosos e respeitados. Por outro lado, os enfermeiros também tiveram que enfrentar conflitos internos e outras tantas dificuldades próprias de um movimento sindical.

Acredito que os objetivos delineados para esta pesquisa foram atingidos. Espero com esta pesquisa contribuir para que nós acadêmicos não nos acomodem, pois somente com muita luta se consegue o respeito e a vitória em nossa vida profissional.

Rio de Janeiro's nurses in the Social Welfare workers movement (1984-1987)

Abstract

This is a descriptive study in a historical line with a qualitative approach that aims to describe the syndical and sociopolitical performing context of the third board of directors of Rio de Janeiro's nurses union and to analyze the characteristics of the actions developed by this board. The data were obtained through documental analysis, using as primary sources documents of the union such as the board of directors minutes, bulletins and pamphlets, besides great circulation newspapers of the studied period. The secondary sources were literature about Brazilian History, Brazilian Trade Union movement and Nursing Trade Union movement. The data revealed that the Union's board of directors sought the internal organization of the category and the integration with the nursing trade union movement at a national level and in the external scope joined the public servants movement especially the ones working in Social Welfare.

Keywords: History of nursing - Labor unions - Nurse-labor unions

Las enfermeras de Rio de Janeiro en el movimiento de la Seguridad Social (1984 – 1987)

Resumen

Este es un estudio descriptivo en una línea histórica con un abordaje cualitativo que tiene el objetivo de describir el contexto sociopolítico sindical de actuación de la tercera dirigencia del sindicato de Rio de Janeiro y analizar las características de las acciones desarrolladas por esta dirigencia. Los datos fueron obtenidos a través del análisis documental, utilizando como fuentes primarias documentos del sindicato como actas de reuniones de la dirigencia, boletines y folletos, además de periódicos de gran circulación del período estudiado. Las fuentes secundarias fueron la literatura sobre la Historia Brasileña, el Movimiento Sindical Brasileño y el Movimiento Sindical de Enfermería. Los datos revelaron que la dirigencia del sindicato buscó la organización interior de la categoría y la integración con el movimiento sindical de la enfermería a un nivel nacional y en el ámbito externo se articuló con el movimiento de los sirvientes públicos, sobretudo con los que trabajan con en el bienestar social.

Palabras claves: *Historia de la enfermería – Movimiento sindical - Sindicalismo de las enfermeras*

Referências bibliográficas

- BOITO JÚNIOR, Armado (org.). Sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CONGRESSO NACIONAL SINDICAL DOS ENFERMEIROS. Resoluções. Brasília: FNE, 1990.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Associação Brasileira de Enfermagem. Direito à saúde e direito à assistência de enfermagem. Brasília, 1986.
- COSTA, Silvio. Tendências e centrais sindicais. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 1996.
- GOMES, Maria da Luz B. A luta pela politização da categoria: sindicalismo no Rio de Janeiro 1978-1984. Rio de Janeiro: Ed. Anna Nery, 1999.
- GUEDES, Cezar Augusto M. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de; MATTOSO, J. E. L.; SIQUEIRA NETO, José F. O mundo do trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- LAKATOS, E. M. et al. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas, bibliográficas, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A pesquisa em educação: abordagem qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NORONHA, G. Eduardo. Greves estratégias sindicais no Brasil, In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de; MATTOSO, Jorge Eduardo L.; SIQUEIRA NETO, José Francisco. O mundo do trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1994.

Notas

¹ Trabalho premiado com o PRÊMIO ANNA NERY oferecido pelo Núcleo de Pesquisa de História de Enfermagem Brasileira aos três melhores trabalhos de pesquisa de graduandos da EEAN/UFRJ (terceiro lugar).

² Em 1976 foi fundado o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, em 1977 o Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro.

³ Diretora do sindicato dos enfermeiros

Sobre as autoras

Fabiana Ferreira de Macena

Graduanda de Enfermagem da EEAN/UFRJ, Turma 2000/1.

Maria da Luz Barbosa Gomes

Doutora em Enfermagem. Professor Adjunto da EEAN/UFRJ. Pesquisadora do Nuphebras.